

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCVI • Nº 132

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 31 de julho de 2019

FOTO: ARQUIVO ALEPE



ACÃO - Norma impede que gestores usem indevidamente os recursos em situações pós-enchentes, quando há pessoas

Lei prevê suspensão de festividades em municípios em caso de calamidade pública

Nessas situações, prefeito pode contratar serviços de forma mais célere

Municípios de Pernambuco terão festividades canceladas quando houver decretação de calamidade pública ou situação de emergência por parte dos gestores. A determinação está prevista na Lei Estadual 16.442/2018, oriunda de projeto de lei de autoria do deputado Isaltino Nascimento (PSB). De acordo com o parlamentar, a norma surgiu à partir de uma demanda do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), após transtornos causados pelas chuvas na Zona da Mata e no Agreste do Estado no ano de 2017. “Não tem sentido o prefeito

receber recursos e empregar em outras áreas, quando a prioridade é atender a população desvalida que está em situação de emergência”, frisou o deputado.

Para o promotor de justiça Mavíael Souza, do MPPE, a lei chegou em boa hora. “A norma veda explicitamente que os gestores públicos utilizem indevidamente a decretação de estado de calamidade pública ou situação de emergência para realizarem gastos desnecessários e até abusivos no exercício financeiro em que a situação de exceção foi decretada”, destacou Souza.

De acordo com a legislação, situações provocadas



FOTO: ROBERTA GUIMARÃES

AUTORIA - Isaltino Nascimento propôs a medida

por desastres com consequências tão graves que ultrapassam a capacidade da prefeitura sozinha prestar socorro à população são

consideradas de calamidade pública. Caracteriza-se situação de emergência quando as causas decorrentes do acontecimento ocasionar

impacto econômico e social nas ações de socorro e recuperação local.

Segundo Mavíael Souza, a norma favorece a sociedade, o gestor responsável pelo equilíbrio das contas públicas e a própria atividade dos órgãos de controle, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Além disso, ele conta que a norma pode “facilitar o rotineiro trabalho do bom gestor que pode, amparado nessa legislação, justificar para a população que festas e eventos não são, em princípio, prioridade para o poder público”, acredita.

Ao decretar calamidade pública ou situação de

emergência o gestor poderá contratar serviços e produtos para atender à população com mecanismos mais rápidos, sem precisar passar por licitação. Isso é possível porque há um abrandamento na própria lei de licitação que dá essa liberdade aos gestores.

Em nota, a procuradora geral do Ministério Público de Contas (MPCO), Germana Laureano, comentou que, “a princípio, o mérito é muito bom e vai ao encontro do que o Tribunal de Contas do Estado e o MPCO preconizam: em tempo de escassez e de dificuldade, a ordem é priorizar os gastos com aquilo que é essencial.”

Atos

ATO Nº. 512/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 315/2019, do Presidente, **Deputado Eriberto Medeiros**,
RESOLVE: exonerar **MANUELLA ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA PERES**, do cargo em comissão de Assessor da Presidência, Símbolo PL-APC-1, a partir do dia 1º de agosto de 2019, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13 e 15.341/14.

Sala Torres Galvão, 30 de julho de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 513/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 316/2019, do Presidente, **Deputado Eriberto Medeiros**,
RESOLVE: exonerar **CYNTHIA MARIA FREITAS BARRETO** do cargo em comissão de Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, Símbolo PL-SSC-1, da Estrutura Organizacional do Poder Legislativo, a partir do dia 1º de agosto de 2019, nos termos da Lei nº 15.161/13, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 15.341/14.

Sala Torres Galvão, 30 de julho de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 514/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 317/2019, do Presidente, **Deputado Eriberto Medeiros**,
RESOLVE: exonerar, a pedido, a servidora **ANA OLÍMPIA CELSO DE MIRANDA SEVERO**, do cargo em comissão de Secretário Geral da Mesa Diretora, Símbolo PL-SSC-1, da Estrutura Organizacional do Poder Legislativo, a partir do dia 1º de agosto de 2019, nos termos da Lei nº 15.161/13, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 15.341/14.

Sala Torres Galvão, 30 de julho de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 515/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 318/2019, do Presidente, **Deputado Eriberto Medeiros**,
RESOLVE: dispensar o servidor **MAURICIO MOURA MARANHÃO DA FONTE**, matrícula nº 386, da função gratificada de Gerente de Apoio Técnico Legislativo, Símbolo PL-FGE-1, da Secretaria Geral da Mesa Diretora, a partir do dia 1º de agosto, nos termos das Leis nºs.13.774/09, 15.161/13 e 15.341/14.

Sala Torres Galvão, 30 de julho de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 516/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido nos Ofícios n.ºs 073 e 075/2019, do **Deputado João Paulo Costa**,
RESOLVE: exonerar e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, a partir do dia 1º de agosto de 2019, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 16.579/19 e 16.579/19.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
DEMÓSTENES ALVES ARAÚJO	Assessor Especial / PL-ASC		—
LOURDES DE FÁTIMA CASTRO ALVES ARAÚJO		Assessor Especial / PL-ASC	80%
SABRINA AZEVEDO NÓBREGA		Secretário Parlamentar / PL-SPC	—

Sala Torres Galvão, 30 de julho de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 517/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 44/2019, do **Deputado João Paulo**,
RESOLVE: nomear **JANAINA KARINA DE FREITAS**, para o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, a partir do dia 1º de agosto de 2019, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 30 de julho de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 518/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 317/2019, do Presidente, **do Deputado Eriberto Medeiros**,
RESOLVE: nomear **MAURÍCIO MOURA MARANHÃO DA FONTE**, para o cargo em comissão de Secretário Geral da Mesa Diretora, Símbolo PL-SSC-1, da Estrutura Organizacional do Poder Legislativo, a partir do dia 1º de agosto de 2019, nos termos da Lei nº 15.161/13, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 15.341/14.

Sala Torres Galvão, 30 de julho de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 519/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 316/2019, do Presidente, **do Deputado Eriberto Medeiros**,
RESOLVE: nomear **SILVIO TAVARES DE AMORIM** para o cargo em comissão de Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, Símbolo PL-SSC-1, da Estrutura Organizacional do Poder Legislativo, a partir do dia 1º de agosto de 2019, nos termos da Lei nº 15.161/13, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 15.341/14.

Sala Torres Galvão, 30 de julho de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; 1º Vice-Presidente, Deputada Simone Santana; 2º Vice-Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Secretário, Deputado Clodoaldo Magalhães; 2º Secretário, Deputado Claudiano Martins filho; 3º Secretária, Deputada Teresa Leitão; 4º Secretário, Deputado Álvaro Porto; 1º Suplente, Deputado Pastor Cleiton Collins; 2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho; 3º Suplente, Deputado Manoel Ferreira; 4º Suplente, Deputado Romero; 5º Suplente, Deputado Joel da Harpa; 6º Suplente, Deputado Gustavo Gouveia; 7º Suplente, Deputado Adalto Santos. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Ivone Maria da Silva; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Enoelino Magalhães Lyra Filho; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Verônica Barros; **Subeditoras** - Cláudia Lucena e Helena Castro de Alencar; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro, Luciano Galvão Filho; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alcécio Nicolak Júnior, Antonio Violla; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scm@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Parecer de Remanejamento de Emendas Parlamentares à Lei Orçamentária Anual Nº 07/2019

Parecer de Remanejamento de Emendas Parlamentares à Lei Orçamentária Anual Nº 07/2019

Dep. Antônio Moraes solicitou uma alteração na emenda 202, originalmente destinada para “SECID”, ação “Melhoria no Sistema de Transporte Público de Passageiros” (código 4235, subação EGJT), grupo de despesa 4, modalidade de aplicação 40, cujo objeto é “A presente Emenda visa a reforma do Terminal Rodoviário da Cidade de Cachoeirinha, a fim de prestar um serviço de qualidade a população, sendo importante impulsionador da economia e da movimentação de pessoas da região.” no município de CACHOEIRINHA. A emenda passará a beneficiar “Empresa Pernambucana de Transporte Coletivo Intermunicipal - EPTI” (código 504), ação “Construção, Reforma e Ampliação dos Terminais Rodoviários Intermunicipais” (código 4104), grupo de despesa 44, modalidade de aplicação “Aplicação Direta pelo Estado (90)”, cujo objeto é “A presente Emenda visa a reforma do Terminal Rodoviário da Cidade de Cachoeirinha, a fim de prestar um serviço de qualidade a população, sendo importante impulsionador da economia e da movimentação de pessoas da região.” no município de Cachoeirinha. O valor transferido é de R\$ 150.000,00. Dep. Waldemar Borges solicitou uma alteração na emenda 257, originalmente destinada para “FES”, ação “Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde” (código 4553, subação EGLC), grupo de despesa 3, modalidade de aplicação 41, cujo objeto é “A presente Emenda será destinada ao Município de Bezerros para a aquisição de materiais e equipamentos necessários aos atendimentos de saúde.” no município de BEZERROS. A emenda passará a beneficiar “Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta” (código 208), ação “Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde” (código 4553), grupo de despesa 44, modalidade de aplicação “Transferência a Município - Fundo a Fundo (41)”, cujo objeto é “A presente emenda será destinada ao município de Bezerros para a aquisição de veículo para transporte dos profissionais do NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família” no município de Bezerros. O valor transferido é de R\$ 50.000,00. Dep. Isaltino Nascimento solicitou uma alteração na emenda 361, originalmente destinada para “SJDH”, ação “Capacitação de Recursos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos” (código 802, subação EGO7), grupo de despesa 3, modalidade de aplicação 50, cujo objeto é “Qualificação Profissional para os seguimentos minoritários no município, através da Cooperativa de Trabalho em Consultoria e Serviços Técnicos - COONSULT, CNPJ: 07.878.284/0001-62.” no município de OLINDA. A emenda passará a beneficiar “Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta” (código 132), ação “Apoio às Comunidades Tradicionais” (código 2703),

grupo de despesa 33, modalidade de aplicação “Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)”, cujo objeto é “Promoção de Oficinas de Capacitação em Raça, Gênero e Meio Ambiente no Quilombo Catucá - Povoação do Distrito de São Loureço - Goiana/PE, através do Instituto Cidades, CNPJ nº 00.995.854/0001-55.” no município de Goiana. O valor transferido é de R\$ 50.000,00. Dep. Isaltino Nascimento solicitou uma alteração na emenda 361, originalmente destinada para “SJDH”, ação “Capacitação de Recursos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos” (código 802, subação EGO7), grupo de despesa 3, modalidade de aplicação 50, cujo objeto é “Qualificação Profissional para os seguimentos minoritários no município, através da Cooperativa de Trabalho em Consultoria e Serviços Técnicos - COONSULT, CNPJ: 07.878.284/0001-62.” no município de OLINDA. A emenda passará a beneficiar “Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - Administração Direta” (código 138), ação “Capacitação de Recursos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos” (código 0802), grupo de despesa 33, modalidade de aplicação “Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos (50)”, cujo objeto é “Capacitação por meio da promoção de Oficinas de Artesanato e Feirinhas, visando o empoderamento das pessoas idosas pertencentes a famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade economicossocial, com Educação, Talento e Arte, através da Casa Vovó Bibia de Apoio a Família, CNPJ nº 06.950.200/0001-91.” no município de Recife. O valor transferido é de R\$ 45.700,00.

Dep. Roberta Arraes solicitou uma alteração na emenda 551, originalmente destinada para “SECMULHER”, ação “Ações de Prevenção da Violência de Gênero Contra as Mulheres” (código 4229, subação EGT9), grupo de despesa 4, modalidade de aplicação 90, cujo objeto é “Trata-se de EMENDA PARLAMENTAR no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinada exclusivamente para reforçar as Políticas Públicas implementadas pela SECRETARIA DA MULHER DO ESTADO DE PERNAMBUCO em ARARIPINA, nas Ações de Prevenção da Violência de Gênero Contra as Mulheres.” no município de ARARIPINA. A emenda passará a beneficiar “Secretaria da Mulher - Administração Direta” (código 125), ação “Apoio às Ações de Estímulo à Inovação Produtiva das Mulheres” (código 2212), grupo de despesa 44, modalidade de aplicação “Aplicação Direta pelo Estado (90)”, cujo objeto é “Trata-se de EMENDA PARLAMENTAR no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinada exclusivamente para reforçar as Políticas Públicas implementadas pela SECRETARIA DA MULHER DO ESTADO DE PERNAMBUCO, na cidade de ARARIPINA, nas AÇÕES DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO PRODUTIVA DAS MULHERES SERTANEJAS.” no município de Araripina. O valor transferido é de R\$ 50.000,00.

Pelo deferimento das solicitações de remanejamento de emendas parlamentares acima descritas.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 2 de julho de 2019.

Presidente: Lucas Ramos.

Relator: Antônio Moraes.

Favoreáveis os (5) deputados: Aglailson Victor, Antônio Moraes, Diogo Moraes, Henrique Queiroz Filho, Sivaldo Albino.

REPUBLICADO

Atas de Comissão

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA AOS DEZ DIAS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dez horas e trinta minutos, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado no dia cinco de abril do corrente ano, realizou-se a audiência pública sobre “**A proposta de Educação a Distância (EaD) do Governo do Estado de Pernambuco**”, no Auditório Senador Sérgio Guerra, situado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar desta Casa Legislativa. Sob a presidência do deputado Romário Dias (PSD), formado o quórum regimental pelos deputados Professor Paulo Dutra (PSB), Teresa Leitão (PT) e William Brígido (PRB). O presidente da Comissão de Educação e Cultura agradeceu a presença dos membros do Colegiado e de todos os presentes e deu início à audiência pública, convidando para fazer parte da mesa Ana Coelho Vieira Selva, secretária executiva de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco, que representou, no ato, o Secretário de Educação do Estado, Frederico Amâncio; George Bento, Gerente Geral da Educação Profissional; Horácio Reis, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação, representando também o Fórum Estadual de Educação; Jorge Correia, Diretor Geral de Educação a Distância da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), representando Maria José de Sena, Reitora da UFRPE. Ainda compôs a mesa, Sêphora Freitas, diretora para Assuntos Educacionais do Sintepe, representando neste ato Fernando Melo, presidente do Sintepe. Formada a mesa, o presidente passou a palavra à deputada Teresa Leitão, autora da proposição da audiência. A parlamentar afirmou que desde o início dos trabalhos da Comissão de Educação e Cultura já se tinha sugerido ao colegiado a realização de audiência pública sobre o tema, somando-se a um pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintepe). No que se refere especificamente à Educação a Distância, a deputada disse estar preocupada porque é um instrumento que deve ser usado com muita intencionalidade pedagógica, não podendo ser submetido às regras que a atual gestão federal quer implementar para a Educação a Distância, referente ao ensino profissional, visando ao atendimento voltado para as demandas e requerimentos do mercado, sem pensar na formação do cidadão. Ela ressaltou ainda o objetivo de ouvir a representante da Secretaria de Educação do Estado sobre as expectativas com relação à Educação a Distância, sua inclusão nos planos e projetos, a visão do Conselho Estadual de Educação e a visão dos trabalhadores em educação através do SINTEPE, que se encontram na ponta do sistema para implementar as definições da Secretaria de Educação. Depois de encerrar sua fala, foi a vez do Professor Paulo Dutra que fez um breve histórico sobre a Educação a Distância, comparando-a com a revolução conhecida como 4.0. Ele ressaltou que o trabalho foi iniciado com 19 polos de Educação a Distância e expandido para 90 polos em todo o estado, trabalhando com EaD na educação profissional. Registrou que houve uma época em que, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, o trabalho se concentrava em cursos subsequentes para jovens e adultos que já tinham terminado o ensino médio. Atualmente, entretanto, já existe a possibilidade de trabalhar concomitantemente nas escolas e polos e também continuar trabalhando com os cursos subsequentes. O parlamentar fez ainda uma distribuição de exemplares que contam a história do Ensino a Distância na Educação Profissional para todos os componentes da mesa. O deputado William Brígido falou sobre a importância da educação para o crescimento e desenvolvimento de um País e disse que sua preocupação se refere à implantação e implementação do sistema de Ensino a Distância. Segundo ele, o objetivo é saber aonde se quer chegar com a Educação a Distância e o que todo esse investimento vai representar futuramente para a formação desses jovens e adultos. A secretária executiva, Ana Selva, posicionou-se, na condição de representante da Secretaria de Educação, afirmando que já se chegou ao mês de abril e não existe ainda nenhuma diretriz do Ministério de Educação. Entretanto, referindo-se a Pernambuco, garantiu que a gestão é pautada essencialmente na qualidade da educação e na sua universalização, assegurando o acesso, a permanência e a conclusão. Ela afirmou ter dados muito positivos no tocante à rede de Educação a Distância em Pernambuco. Segundo Ana Selva, a rede de Pernambuco é a maior do Brasil. São cem polos localizados em 66 municípios. De acordo com a secretária executiva, a universalização do acesso à Educação a Distância foi uma das principais preocupações. Em seguida, o gerente geral da Educação Profissional de Educação, George Bento, fez sua apresentação, utilizando projetor e abordando o tema “A política na Educação voltada à Educação a Distância”. Ele expôs textos e gráficos com dados atualizados referentes à sistemática de atendimento, número de alunos beneficiados, relação dos cursos ofertados, número de escolas e polos que atuam com a EaD, colocando Pernambuco como o único estado brasileiro a ter a educação profissional universalizada, de acordo com a Resolução Nº 03 de 2016 do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. Horácio Reis, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação, citou que devem ser considerados avanços na área tecnológica no mundo e em particular no Brasil e que ficaria muito difícil não reconhecermos a importância da modalidade de Educação a Distância no processo ensino-aprendizagem. Entretanto, registrou que não é necessário apenas garantir o acesso, mas se preocupar com um resultado qualificado. Outro aspecto apontado por ele foi a repetição de conteúdos desconectados de um processo mais amplo de avaliação. Ainda como parte do debate, Jorge Correia, diretor geral de EaD da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) discorreu rapidamente sobre a sistemática de atuação da Universidade Aberta do Brasil – UAB, mantida com recursos do Governo Federal e que tem cursos e polos em todo o estado de Pernambuco, atendendo não só em nível estadual, como também em nível municipal. Por fim, Sêphora Freitas, diretora de Assuntos Educacionais do SINTEPE, esclareceu que suas considerações seriam voltadas para a Educação Básica e acrescentou que o ensino é uma parte da educação e a educação tem que ser feita na escola. Diante disso, com relação ao ensino a distância, ela se posicionou contra a aplicação da modalidade para ensino básico, entendendo que fere a Constituição Federal no tocante à legislação. O presidente de Comissão de Educação e Cultura deu início ao debate, franqueando a palavra às pessoas escritas da plateia. Ao fim das intervenções, a deputada Teresa Leitão parabenizou a comissão pela condução dos trabalhos e concluiu que a educação a distância não pode ser considerada nem como a salvação dos gargalos que existem na educação, nem como a salvação de tudo que nos não construímos em tempo hábil. Ao lembrar Paulo Freire, a parlamentar ressaltou que depende muito das escolhas e dos

direcionamentos que forem feitos. A parlamentar afirmou ainda que o fato de não se aplicar a Educação a Distância na educação básica tem que ser muito comemorado. A deputada disse ainda que a educação a distância não pode ser separada, não pode ser um apêndice da educação. O presidente Romário Dias retomou a palavra e, não havendo mais nada a tratar, encerrou a audiência pública.

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA AOS OITO DIAS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às dez horas e trinta minutos, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, no dia primeiro de maio do corrente ano, realizou-se a audiência pública sobre “**Os Desafios da Educação na Inclusão de Crianças e Jovens**”, no Auditório Senador Sérgio Guerra, situado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar desta Casa Legislativa. Sob a presidência do Deputado Romário Dias (PSD), formado o quórum regimental pelos deputados Professor Paulo Dutra (PSB) e a Deputada Teresa Leitão (PT), o presidente da Comissão de Educação e Cultura agradeceu a presença dos membros do Colegiado e de todos os presentes e nos termos do Edital de Convocação deu início à audiência pública, informando a ausência da Deputada Clarissa Tércio, autora da solicitação, que por motivo superior ficou impossibilitada de comparecer e passou a palavra para a Deputada Teresa Leitão, para proceder à formação da mesa. A parlamentar convidou Vera Braga, Gerente de Educação Inclusiva e Direitos Humanos da Secretaria de Educação, representando o secretário Frederico Amâncio; Cleidemar Barbosa, representante do Conselho Estadual de Educação. Interrompeu a chamada de convidados e fez registro das presenças das deputadas Jô das Juntas, membro da comissão, Alessandra Vieira, que coordenou a Frente Parlamentar de Pessoas com Deficiência, e o deputado Antônio Fernando. Dando continuidade à formação da mesa convidou Magna Katariny, Diretora do SINTEPE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco; Patrícia Barbosa, Presidente da Comissão da Criança e Adolescente representante da OAB; Natalli Brandi, Defensora Pública, representante da Defensoria Pública Estadual; o médico Fernando Cabral, representante do Conselho Regional de Medicina; Alessandra Albuquerque de Evaristo Barros, representante do grupo inclusivo “Fazendo Acontecer” e Leidivânia da Silva Barbosa, representante do grupo “Mães e Anjos Azuis”. Depois de formada a Mesa, a deputada Teresa Leitão iniciou sua fala, ressaltando a importância da audiência. Logo após, a deputada Teresa Leitão passou a palavra à representante da Secretaria de Educação do Estado, Vera Braga, para fazer sua apresentação. Ela destacou que o debate sobre inclusão é necessário e permanente. Segundo ela, o tema da audiência pública, **Os Desafios da Educação na Inclusão de Crianças e Jovens na Educação**, é bastante provocativo, uma vez que, se a sociedade fosse inclusiva, não haveria a necessidade do debate. Vera Braga ressaltou que nossa sociedade foi gestada a partir de uma prática de exclusão. Uma sociedade escravagista nunca poderia ser inclusiva. Segundo a gerente, quando se parte para o processo de ensino-aprendizagem, as primeiras escolas, mesmo após a abolição, eram voltadas para a elite e rezava que estudantes com deficiência, negro ou pobre não tinham acesso às escolas. O deficiente era visto como doente ou incapaz e não poderia estar nos bancos escolares. Em 2008, entretanto, a política nacional de educação especial vem trazer uma grande perspectiva de educação inclusiva, pois leva a escola a pensar a criança deficiente não como um problema. Vera Braga ressaltou que é nessa perspectiva de inclusão que a Secretaria de Educação do Estado garante o acesso de todos os estudantes às escolas. Também monitora e orienta quanto à aceitação nas escolas privadas. Nessa direção, de acordo com dados apresentados por Vera Braga, a Secretaria de Educação conta com 461 salas com recursos multifuncionais, com tecnologia, visando à complementação e à suplementação para o estudante com deficiência. Ela citou ainda o atendimento especializado que conta com 503 professores, 71 instrutores, 530 intérpretes, 90 brailistas e 05 centros educacionais especializados em Recife (Casa Amarela), Caruaru, Arcoverde, Limoeiro e Garanhuns. Ela afirmou que as escolas ainda não são totalmente inclusivas: há escolas mais avançadas que outras no quesito inclusão. Nessa perspectiva, finalizou, dizendo que estava aberta para as discussões e que o processo educacional do estado está em busca do modelo de escola inclusiva. A deputada Teresa Leitão agradeceu e passou a palavra ao presidente da Casa, deputado Eriberto Medeiros, que compareceu à reunião, para ele fazer uma saudação aos presentes. Ele externou sua satisfação de estar presente à audiência. Informou que, no fim do biênio passado, juntamente com o deputado Romário Dias e Teresa Leitão, já se apontava a necessidade de trazer à Casa Legislativa o tema da inclusão social, o que foi ratificado pela nova Mesa Diretora. Ele anunciou também que está sendo analisada na Casa a possibilidade de formalizar legalmente que pessoas com deficiência venham a desenvolver trabalhos na Alepe, como estagiários. Ele ainda informou a respeito da Lei Nº 15.487 de 2015, que dispõe sobre direitos de pessoas com espectro autismo, e concluiu, registrando que a Assembleia Legislativa publicou uma cartilha referente a esse tema. A deputada Teresa Leitão passou a palavra para Cleidemar Barbosa, representante do Conselho de Educação do Estado, que em nome do Conselho parabenizou a Comissão de Educação e Cultura pela iniciativa do debate e afirmou que o grande desafio é em relação aos professores, porque é preciso que eles estejam preparados para receber, acolher e conviver com a diversidade e com essas peculiaridades, de forma que os alunos, a família e a sociedade se vejam incluídos no sistema educacional. De acordo com a conselheira, inclusão não significa apenas matricular os alunos, mas principalmente o respeito e a boa convivência escolar. Ela concluiu, afirmando que a educação inclusiva ainda é um desafio, tanto para os professores quanto para a sociedade. A deputada Teresa Leitão passou então a palavra para representante do Sintepe, Magna Katariny, que registrou que há um preconceito para com as pessoas com deficiência e tal preconceito é mascarado. Ela afirmou que algumas crianças estão ainda em sala especiais. Segundo a representante do Sintepe, a escola é um espaço que tem um determinado tempo e uma função e que é preciso formar, não só o professor, mas também todo trabalhador do âmbito escolar. De acordo com Magna Katariny, não há nem 50% das escolas do estado com este quantitativo numérico de professores especializados. Ela defendeu que é preciso pensar para além da matrícula. Para a representante do Sintepe, pensar uma relação de permanência perpassa por refletir sobre uma formação continuada, um serviço com garantia de especificidade de cada deficiência. Fernando Cabral, representante do Conselho Regional de Medicina foi o palestrante seguinte. Como médico, ele ressaltou alguns aspectos referentes à saúde das crianças e adolescentes, do ponto de vista tecnológico e inclusivo. Segundo ele, há um documento da sociedade brasileira de pediatria que traz dados assustadores: 80% dos adolescentes entre nove e 17 anos, pesquisados em 350 municípios das cinco regiões do país, usam internet. Foi registrado também que o uso diário é intenso: 67% desses jovens acessam a internet mais de uma vez por semana; 83% desses acessos são à internet móvel. Em relação a esses usuários, 20% foram tratados de forma ofensiva na internet: 21% passaram por distúrbios do sono, problema na alimentação, problemas relativos à escola. Ele destacou ainda que, sem fugir do tema, entende que a reflexão sobre educação inclusiva nos permite ainda mais uma reflexão: para que mundo se está caminhando? Em seguida, a representante da entidade Fazendo Acontecer, Alessandra Albuquerque de Evaristo Barros, enalteceu a importância do momento para ela, que é mãe do jovem Lucas de 18 anos, que tem Síndrome de Down, e para a maioria dos presentes, também mães, pais e familiares de crianças e jovens com Síndrome de Down e Espectro Autismo. Ela defendeu que a educação tenha medidas que não sejam individualizadas, não sejam privilégios. Ela disse que a pessoa com deficiência precisa ter assegurados os sistemas educacionais em todos os momentos do processo de aprendizagem e ao longo de toda sua vida, de forma a alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades. Ela registrou que Pernambuco avançou demais no quantitativo de matrículas, mas é preciso refletir sobre de que forma essa inclusão vem acontecendo. De acordo com Alessandra Albuquerque, existe uma estimativa hoje no Brasil que aponta mais de 270 mil pessoas com Síndrome de Down. Recentemente, foi apresentado numa reportagem na TV que 80 jovens no Brasil com Síndrome de Down conseguiram chegar a uma universidade, isso é bom, é estimulante, mas onde estão os outros? Lucas foi alfabetizado aos onze anos de idade. Segundo ela, foi uma dificuldade muito grande, mas com certeza muito gratificante, pois se abriram as portas e ele foi em busca de seus sonhos, conseguindo fazer curso de fotografia. Ela falou que estava registrando o exemplo do filho, porém, muitos jovens hoje chegam aos 17, 18 e até os 20 anos de idade sem serem alfabetizados. “Que papel é esse do Poder Público?”, questionou. A representante do Grupo Mães e Anjos Azuis, Leidivânia Barbosa falou em seguida. Ela afirmou que é mãe de um jovem com autismo, de 18 anos de idade, e a realidade era totalmente diferente da apresentada anteriormente, apesar de as dificuldades serem as mesmas. Ela relatou que o filho não está na escola, está em casa. Segundo ela, existe dificuldade de os professores entenderem a necessidade de apoio na sala de aula. Leidivânia Barbosa disse estar lutando pela inclusão que seu filho não tem, está na Lei, mas não existe para ele, como não existe para outras crianças que não vão à escola. São matriculadas, mas infelizmente não têm apoio. Leidivânia Barbosa defendeu a Clínica-Escola, idealizada por Berenice Piana. Segundo ela, algumas crianças necessitam de um apoio diferenciado. Ela acredita que em alguns casos proporcionar esse tipo de apoio seria muito mais interessante do que obrigar a estar dentro de uma sala de aula. O deputado Antônio Fernando pediu a palavra e afirmou que, embora não seja especialista na área, ficou sensibilizado e acha importante que em salas com pessoas especiais haja acompanhamento de especialista na área. Ele defendeu que constar dessa obrigatoriedade numa sala multidisciplinar porque, caso contrário, vai ser só mais um número: colocar o aluno na sala e dizer que ele está incluído. O parlamentar concluiu, afirmando que as escolas têm que se adaptar às necessidades de cada estudante. Em seguida, foi aberto o debate. A deputada Teresa Leitão, após ouvir os diversos argumentos da mesa e da plateia, fez os seguintes encaminhamentos, como resultado da reunião: 1. Envio do relatório da audiência pública para Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência; 2. Sugestão de criar uma ouvidoria na Secretaria de Educação, vinculada à Gerência de Educação Inclusiva e Direitos Humanos; 3. Análise da legislação vigente e da questão da Clínica-Escola, uma vez que seria necessário mudar a legislação federal; 4. Debate das questões relativas à estrutura, especialidades e à formação de professores junto aos órgãos competentes que participaram da audiência pública. Por fim, a deputada agradeceu a participação e convidou os presentes para contemplarem a exposição fotográfica que registra crianças e jovens com Síndrome de Down e Espectro Autismo, montada no térreo do prédio e assinada pela fotógrafa Carol Maia.

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br